

**ACORDO-QUADRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE SEGUROS**

CADERNO DE ENCARGOS

PROCESSO 1206/DCP/2023

PARTE I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I - Informações Gerais

Cláusula 1.ª - Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos entende-se por:

- a)** Acordo-Quadro – Contrato escrito, celebrado entre o Agrupamento Adjudicante, representado pela Câmara Municipal de Cascais (doravante abreviadamente designada por CMC) e os prestadores selecionados - Adjudicatários no Acordo Quadro - que estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas da prestação de serviços de seguros por essas entidades às entidades adquirentes;
- b)** Agrupamento Adjudicante (AA)– Agrupamento de Entidades Adjudicantes constituído ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, por deliberação em conferência procedimental de 14/11/2023.
- c)** Caderno de Encargos – O presente caderno de encargos referente ao concurso público para seleção de Empresas Seguradoras que estabelece os requisitos técnicos, económicos e legais a cumprir pelos concorrentes;
- d)** CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação conferida, à data do procedimento, pelo Decreto-Lei nº 78/2022, de 7 de novembro;
- e)** Cocontratante – Concorrente selecionado para prestar o serviço de seguros às entidades adquirentes no âmbito do presente acordo quadro;
- f)** Contratos de aquisição – Contratos de prestação de serviços de seguros, titulados por apólices de seguros emitidas ao seu abrigo, a celebrar entre as entidades adquirentes e a prestadora de serviços de seguros, nos termos do disposto nos Artigos 257.º e seguintes do CCP e de acordo com o presente caderno de encargos;
- g)** Entidades Adquirentes – Entidades adjudicantes que integram o Agrupamento Adjudicante, sem prejuízo da possibilidade de adesão de outras entidades adjudicantes, nos termos previstos no n.º 4 do Artigo 257.º CCP e n.º 5 do Artigo 1.º do Programa de Concurso.
- h)** Entidade Agregadora – Entidade que representa o agrupamento de entidades adquirentes e que decidirá quanto a pedidos de adesão futura – a CMC;

- i) Entidade Contratante ou adjudicante – Para efeitos de celebração do acordo-quadro, objeto do presente caderno de encargos, será o Agrupamento Adjudicante e para efeitos de contratos de prestação do serviço serão as entidades adquirentes;
- j) Entidade prestadora de serviços ou adjudicatária – Entidade adjudicatária selecionada para a prestação de serviços de seguros no âmbito do presente acordo-quadro;
- k) Plataforma Eletrónica – Plataforma Eletrónica de Contratação Pública utilizada pela CMC no âmbito do presente procedimento;
- l) Prestação de Serviços de Seguros – disponibilização de uma apólice de seguros com um conjunto de serviços, pela entidade prestadora à entidade adquirente, na sequência da aquisição por esta, nos termos do presente procedimento e das especificações técnicas específicas referentes ao perfil de risco de cada Entidade Adquirente, definido no procedimento aquisitivo;
- m) Horas úteis – Período horário compreendido entre as 9 horas e as 17 horas dos dias úteis.

Cláusula 2.ª - Caderno de Encargos

1. O caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas para aquisição de apólices de seguros, a ser contratada pelo Agrupamento Adjudicante para as Entidades que o integram, bem como para as outras entidades que se achem submetidas ao regime do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente, Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social, desde que localizadas na área geográfica do Concelho de Cascais e que manifestem expressa e previamente a vontade de adesão ao Acordo-Quadro formulado através de pedido a apresentar à CMC.
2. Sempre que seja aceite a adesão de uma Entidade Adquirente a CMC notificará do facto o(s) cocontratante(s) do Acordo-Quadro.
3. As Entidades que integram o Agrupamento Adjudicante não ficam obrigadas à celebração de contratos ao abrigo do Acordo-Quadro.

Cláusula 3.ª - Objeto

4. O presente concurso público tem por objeto a celebração de um acordo-quadro para a seleção de prestadores de serviços de Seguros (Lotes 1 a 5), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 252.º do CCP e do presente caderno de encargos, para as entidades que integram o Agrupamento Adjudicante (AA-CMC), de acordo com os seguintes lotes:

Lote 1 – Seguros de Acidentes de Trabalho;

Lote 2 – Seguro de Frota Automóvel;

Lote 3 – Seguro de Acidentes Pessoais Atividades Temporárias (cultura, desporto, recreio e campos de férias), Seguro de Acidentes Pessoais Utentes de Instalações Desportivas, Culturais e Recreativas abertas ao Público, Seguro Voluntariado e Seguro Escolar.

Lote 4 – Seguro de Multirriscos Patrimoniais

Lote 5 – Seguro de Máquinas de Casco

2. Os serviços a adquirir no âmbito do acordo-quadro a celebrar terão de cumprir o presente caderno de encargos e respeitar as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos e demais legislação específica aplicável.

Cláusula 4.ª - Forma e documentos contratuais

1. O contrato de acordo-quadro será celebrado por escrito.
2. Fazem parte integrante do contrato de acordo-quadro os seguintes documentos:
 - a) Suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo Agrupamento Adjudicante;
 - b) Os esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O programa de concurso e o presente caderno de encargos;
 - d) A proposta do adjudicatário;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada; e,
 - f) Outras peças do concurso.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, as entidades prestadoras de serviços obrigam-se, também, a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
4. O estabelecido no clausulado do contrato de acordo-quadro prevalece, em caso de dúvida, sobre o que constar dos demais documentos previstos no n.º 2 desta Cláusula.
5. Havendo contradição entre os documentos previsto no n.º 2 desta Cláusula, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 5.ª - Prazo de vigência

1. O acordo-quadro que resulta do presente procedimento tem a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da sua assinatura para cada lote, e considera-se automaticamente renovado por períodos de um ano se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. O prazo máximo de vigência do acordo-quadro, incluindo renovações, é no máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

Cláusula 6.ª - Proteção de dados

1. O prestador de serviços de seguros é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD) e a Lei nº 58/2019, de 8 de agosto.
2. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo cocontratante, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitam as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais.
3. As obrigações previstas na presente Cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

CAPÍTULO II - Obrigações entidades intervenientes

SECÇÃO I - Entidades cocontratantes

Cláusula 7.ª - Obrigações das entidades cocontratantes

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável e nas peças do presente procedimento, constituem, entre outras, obrigações das entidades cocontratantes:

- a) Apresentar proposta válida, com preços ou coeficientes iguais ou inferiores ao estabelecido pelo cocontratante no presente acordo-quadro, a todas as consultas prévias efetuadas por qualquer entidade adquirente, para o lote ou lotes para os quais foram selecionadas, no âmbito do presente acordo-quadro, respeitando os termos dos convites e o disposto no presente caderno de encargos;

- b) Celebrar contratos de seguro com as entidades adquirentes;
- c) Prestar os serviços às entidades adquirentes, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, os requisitos técnicos mínimos e níveis de serviço mínimos definidos neste caderno de encargos, em particular no **Anexo CT**, e demais documentos contratuais, salvo se forem negociadas condições mais vantajosas para as entidades adquirentes;
- d) Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos na Cláusula 14.º do presente caderno de encargos;
- e) Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adquirente e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas e exigíveis pelo tipo de serviço em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados à prestação dos serviços e à completa execução das tarefas ao seu cargo;
- f) Comunicar antecipadamente às entidades adquirentes os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, os gestores do contrato, a sua situação jurídica e comercial e demais situações com relevância para o fornecimento de serviços;
- h) Comunicar à CMC e às entidades adquirentes a nomeação do gestor de cliente responsável pelos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- j) Manter sigilo e garantir a confidencialidade; e,
- k) Colaborar com o mediador e/ou corretor de seguros indicado pela entidade adquirente e que atuará no interesse desta, para a boa prestação do serviço;
- l) Prestar apoio na gestão e execução das apólices de seguro contratadas pelas entidades adquirentes, incluindo sinistros, sempre que estas não indiquem um mediador e/ou corretor de seguros para essas matérias.
- m) Disponibilizar, com periodicidade semestral, no prazo de 30 dias a contar do termo do semestre a que respeite, diretamente ou através do corretor da Entidade Adquirente, informação relativa aos sinistros participados e respetivo estado, bem como os montantes indemnizados e provisões associadas. O formato e conteúdos da informação a prestar será comunicada ao cocontratante,

com o início da execução do contrato.

- n) Assegurar a remuneração do mediador/corretor indicado pela entidade adquirente, conforme previsto na Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada.
- o) Cumprir o disposto no artigo 419º-A, aplicável por remissão do disposto nº 2 do artigo 451º, ambos do CCP.

Cláusula 8.ª - Auditorias à prestação de serviços

1. Os prestadores de serviços obrigam-se a permitir às entidades adquirentes ou a quem estas designem, durante a vigência do acordo quadro ou dos contratos de prestação de serviços celebrados ao abrigo destes, a realização de auditorias aos serviços prestados, para efeitos de monitorização da qualidade da execução dos contratos e o cumprimento das obrigações legais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções.
2. Durante a fase de realização das verificações os prestadores de serviços devem prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daquelas, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Verificada qualquer discrepância com as características, especificações e requisitos técnicos definidos pelas normas legais ou contratuais, as entidades adquirentes disso informarão os prestadores de serviços, por escrito, devendo estas proceder, à sua custa e no prazo razoável acordado com as entidades adquirentes, às correções necessárias.

Cláusula 9.ª - Sigilo e confidencialidade

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no objeto do contrato de acordo-quadro, e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na prestação de serviços ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Exclui-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução do contrato de acordo-quadro, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do acordo-quadro ou dos contratos de aquisição, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a - Direitos de propriedade intelectual

São da responsabilidade dos cocontratantes os encargos decorrentes da utilização, no âmbito do acordo-quadro e dos contratos celebrados ao seu abrigo, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.

SECÇÃO II -Entidades adquirentes

Cláusula 11.^a - Obrigações das entidades adquirentes

1. Constituem, entre outras, obrigações das entidades adquirentes:

- a) Celebrar os contratos de aquisição de apólices de seguros com os cocontratantes, sempre que tal considerem necessário, segundo as regras definidas no presente acordo-quadro e com os níveis de serviço definidos nos respetivos convites;
- b) Monitorizar a prestação dos serviços no que respeita ao cumprimento dos requisitos técnicos mínimos e níveis de serviços definidos no presente acordo-quadro e no contrato celebrado, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- c) Facultar toda a informação relativa à prestação do serviço efetuado ao abrigo do acordo-quadro, sempre que lhes seja solicitado pela CMC, até 15 (quinze) dias úteis após a sua solicitação.

Cláusula 12.^a - Alterações ao contrato de Prestação de Serviço

- 1. No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa, não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, prémios, coberturas e outras condições acordadas com a entidade adquirente, salvas as exceções previstas nos números 3 e 4 da presente cláusula.
- 2. Só são permitidas alterações às taxas e prémios das apólices se estas resultarem de disposição legal, de norma da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento das entidades adquirentes.
- 3. As alterações que ocorram na decorrência das circunstâncias previstas no número anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento da apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas às entidades adquirentes com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por correio registado, com aviso de receção, sob pena de ineficácia.
- 4. Apenas serão permitidas atualizações de prémios das apólices em consequência de modificação objetiva do contrato, designadamente, mediante alterações dos capitais seguros, massas salariais,

pessoas ou bens seguros.

Cláusula 13.^a - Preço Contratual

1. As entidades adquirentes são as únicas responsáveis pelo pagamento do preço da prestação dos serviços que lhes sejam prestados.
2. O preço contratual é o que resultar da proposta adjudicada no procedimento celebrado ao abrigo do presente acordo-quadro, não podendo, em qualquer caso, exceder os preços máximos apurados em sede de acordo-quadro, e aplicados os respetivos encargos legais.
3. O preço referido no número anterior inclui, assim, todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às entidades adquirentes.
4. Não está incluído no preço contratual o acréscimo ou decréscimo de preço a pagar em resultado de:
 - a) Modificação objetiva do contrato;
 - b) Flutuação/alteração dos capitais e objetos seguros.
5. O prazo de pagamento é o que for normalmente praticado por cada entidade adquirente, nos termos da lei e do Regime Jurídico do Contrato de Seguro.

CAPÍTULO III - Penalidades contratuais

Cláusula 14.^a - Penalidades contratuais

1. O incumprimento de prestação de serviços e demais obrigações previstas no acordo-quadro e nos contratos de aquisição, confere às entidades adquirentes o direito a aplicar uma sanção contratual, a creditar a favor da entidade adquirente ou a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, as entidades adquirentes têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa das entidades prestadoras e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de incumprimento, deverá ser aplicada uma sanção calculada da seguinte forma:
 - a) Em caso de incumprimento do prazo de entrega da informação prevista na alínea m) da cláusula 7.^a, haverá lugar à aplicação de uma sanção de 10,00€ (dez euros) por cada dia de atraso.
 - b) Em caso de incumprimento dos prazos definidos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua redação em vigor, haverá lugar à aplicação de uma sanção de 20,00€ (vinte euros), por

cada dia de atraso;

- c) Em caso de incumprimento de quaisquer prazos, legal ou contratualmente fixados, haverá lugar à aplicação de uma sanção, calculada entre 5,00€ (cinco euros) e 20,00€ (vinte euros), por cada dia de atraso, a fixar de acordo com a gravidade e consequências resultantes do incumprimento para as Entidades Adquirentes.
 - d) Em caso de incumprimento das restantes obrigações previstas na cláusula 7.ª, haverá lugar à aplicação de uma sanção, calculada entre 5,00 € (cinco) euros e 20,00 € (vinte euros), a fixar de acordo com a gravidade e consequências resultantes do incumprimento para as Entidades Adquirentes.
- 4. Em caso de resolução dos contratos por incumprimento das entidades prestadoras, as entidades adquirentes podem exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
 - 5. Ao valor da sanção prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelas entidades prestadoras, ao abrigo do n.º 3 da presente Cláusula, relativamente aos serviços objeto do acordo-quadro cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução.
 - 6. As sanções previstas na presente Cláusula não obstam a que as entidades adquirentes possam exigir uma indemnização pelo dano excedente.
 - 7. Para efeitos da aplicação das sanções previstas na presente Cláusula, considera-se que o prazo de entrega dos serviços se encontra cumprido na data da prestação da totalidade dos serviços contratados, desde que se encontrem de acordo com as condições acordadas.
 - 8. Sem prejuízo das sanções previstas na presente Cláusula, a entidade adquirente poderá, caso se verifique alguma das situações previstas na Cláusula 20.ª, resolver o contrato.

Cláusula 15.ª - Execução da caução

- 1. As cauções prestadas para o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos, podem ser executadas pelas entidades adquirentes sem necessidade de prévia decisão judicial.
- 2. A execução parcial ou total da caução referida no número anterior constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Entidade Adquirente para esse efeito.
- 3. A execução indevida da caução confere ao cocontratante o direito a indemnização pelos prejuízos daí advenientes.
- 4. A resolução dos contratos de aquisição pelas entidades adquirente não impede a execução da caução.

Cláusula 16.^a - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato de acordo-quadro.
2. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excepcional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. Podem constituir força maior se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos fortuitos ou de força maior deverá ser comunicada à outra parte e justificar tais situações, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. As circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior ou a ocorrência de casos fortuitos determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento daquelas resultantes.

Cláusula 17.^a - Suspensão do Acordo-Quadro

1. Sem prejuízo do direito de resolução do acordo-quadro, o Agrupamento Adjudicante pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, suspender, total ou parcialmente, a execução do acordo-quadro.
2. A suspensão produzirá os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação dos cocontratantes, por carta registada com aviso de receção, salvo se da referida notificação constar data posterior.
3. O Agrupamento Adjudicante pode, a todo o tempo, levantar a suspensão da execução do acordo-quadro.
4. Os cocontratantes não poderão reclamar ou exigir qualquer indemnização, com base na suspensão total ou parcial do acordo quadro.

Cláusula 18.^a - Motivos de suspensão e exclusão de um cocontratante do Acordo-Quadro

1. O incumprimento por qualquer das entidades cocontratantes das obrigações que sobre si recaem, nos termos do presente acordo-quadro ou dos demais documentos contratuais aplicáveis, confere ao Agrupamento Adquirente o direito à exclusão dessa entidade do acordo-quadro e ao correspondente ressarcimento de todos os prejuízos causados, nos termos gerais de direito.

- 2.** Para efeitos da presente Cláusula, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo a verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada um dos cocontratantes:
- a)** Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
 - b)** Perda definitiva ou suspensão temporária da habilitação legal e/ou autorização administrativa para o exercício da atividade seguradora;
 - c)** Incumprimento das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - d)** Prestação de falsas declarações;
 - e)** A resolução do contrato por uma das entidades adquirentes, nos termos da Cláusula 20.ª deste caderno de encargos;
 - f)** A verificação de incumprimento gravoso relativo aos serviços prestados;
 - g)** Recusa da prestação dos serviços a uma entidade adquirente sem razão justificada;
 - h)** Não apresentação de proposta ou apresentação de proposta não válida, nos termos da alínea a) da Cláusula 7.ª do presente caderno de encargos, sem fundamentação atendível nos termos das regras do presente acordo-quadro;
 - i)** Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais e níveis de serviço mínimos previstos no presente caderno de encargos;
 - j)** Prestação, ao abrigo do acordo-quadro de outros serviços, nele não previstos;
 - k)** Incumprimento do disposto em matéria de proteção de dados.
 - l)** Incumprimento em matéria de legislação laboral, quanto aos recursos humanos afetos à execução do contrato;
- 3.** O exercício do direito de exclusão terá lugar, mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade prestadora em causa, da qual conste a indicação do motivo de incumprimento, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu conhecimento por qualquer das Entidades do Agrupamento Adjudicante, ficando desde logo impedida de apresentar novas propostas ao abrigo do presente Acordo-Quadro, sem prejuízo do direito de pronúncia que lhe assiste.
- 4.** A exclusão do acordo-quadro não liberta o prestador do dever de satisfazer o integral cumprimento de contratos que se encontrem em execução, celebrados até à data da produção de efeitos da exclusão.
- 5.** A exclusão de um cocontratante não prejudica a aplicação das penalidades previstas na Cláusula 15.ª

do presente caderno de encargos.

6. Em caso de verificação, designadamente, dos factos constantes das alíneas b) a i) do n.º 2, pode o Agrupamento Adquirente optar pela aplicação de suspensão do cocontratante do acordo-quadro, até conclusão do processo, em função da ponderação da gravidade e reiteração do incumprimento, com a consequente inibição de participação em procedimentos iniciados ao seu abrigo, até conclusão do período de suspensão.
7. O período de suspensão referido no n.º 6 não deverá ser superior a 90 (noventa) dias, e deverá terminar com o cumprimento das falhas que motivaram a referida suspensão ou com a conclusão do processo.
8. O cumprimento das falhas referidas no número anterior não inibe o direito de resolução do contrato e consequente exclusão do acordo-quadro, nos termos no n.º 1.
9. Para efeitos do disposto nas alíneas d), h), i), do número 2 da presente Cláusula, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e/ou aplicação de sanção, quando exista, o prestador continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 19.ª - Resolução por parte das entidades adquirentes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as entidades adquirentes podem resolver os contratos de aquisição, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das suas obrigações.
2. Para efeitos do presente Cláusula, sem prejuízo de outras disposições legais e contratuais aplicáveis, considera-se existir incumprimento definitivo em caso de verificação de qualquer das seguintes situações, em relação a cada uma das entidades prestadoras:
 - a) Perda definitiva ou suspensão temporária da habilitação legal e/ou autorização administrativa para o exercício da atividade seguradora
 - b) Não satisfação das especificações técnicas do serviço conforme legislação em vigor;
 - c) Não satisfação dos níveis de serviço conforme expresso no presente caderno de encargos e em particular no Anexo CT, e nos contratos de aquisição;
 - d) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
 - e) Incumprimento, por parte do prestador, das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - f) Falsas declarações.

3. O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade prestadora em causa, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adquirente em causa.
4. A resolução dos contratos de aquisição não prejudica o direito à indemnização que caiba às entidades adquirentes, nos termos gerais de direito.

CAPÍTULO IV - Disposições Finais

Cláusula 20.^a - Resolução de litígios

Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação ou execução é competente o tribunal administrativo e fiscal da sede da entidade adjudicante.

Cláusula 21.^a - Prazos e regras de contagem

Os prazos previstos no acordo-quadro e nos contratos de aquisição contam-se nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a - Notificações e comunicações

1. As notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que a Lei ou o presente caderno de encargos exija uma formalidade especial, as notificações serão preferencialmente efetuadas pelos seguintes meios:
 - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por telecópia (fax); e,
 - c) Por carta registada com aviso de receção.
3. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do acordo-quadro só produzem efeitos após notificação, nos termos previstos nos números anteriores.

Cláusula 23.^a - Cessão da posição contratual e Subcontratação

1. Os cocontratantes não podem ceder a sua posição no acordo-quadro e nos contratos celebrados ao

seu abrigo.

2. Os cocontratantes poderão subcontratar a prestação dos serviços objeto do presente acordo-quadro, desde que autorizado previamente pela entidade adjudicante.
3. Para todos efeitos, em caso de subcontratação, a responsabilidade mantém-se nos cocontratantes.

Cláusula 24.ª - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº 78/2022, de 7 de novembro;
- b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro;
- c) Código de Procedimento Administrativo, na sua redação atualizada;
- d) Legislação específica aplicável ao objeto do contrato e,
- e) Em demais legislação aplicável.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26.^a - Objeto da prestação de serviço

1. A aquisição de apólices de seguros previstos no presente acordo-quadro deverá ser realizada de acordo com as condições definidas no presente caderno de encargos, e demais documentos contratuais.
2. A entidade prestadora deverá prestar os serviços, nos planos selecionados pelas entidades adquirentes, cumprindo as condições constantes no presente caderno de encargos, em particular as constantes no **Anexo CT**, e na demais legislação aplicável.

Cláusula 27.^a - Requisitos de corretagem ou mediação

1. Nos termos do estabelecido na Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro, e demais legislação, a entidade adquirente pode ser apoiada no procedimento de recurso a acordo-quadro e na subsequente gestão da carteira de seguros por um corretor ou mediador não ligado, habilitado para o efeito em matéria de gestão de riscos.
2. A empresa de corretagem ou mediação fará ligação entre a entidade adquirente e o prestador de serviços de seguros, na qualidade de entidade especializada na técnica seguradora, que apoiará as unidades gestoras do processo, colaborando com estas em todas as matérias relacionadas, com a gestão das apólices, sinistros, cobranças dos prémios, nos termos do estabelecido na mencionada Lei.

Cláusula 28.^a - Níveis de serviço

Sem prejuízo de outros níveis de serviço fixados no procedimento efetuado ao abrigo do acordo-quadro mais favoráveis para a entidade adquirente, os cocontratantes devem cumprir os seguintes níveis de serviço mínimos:

- a) Nomeação de um interlocutor na gestão do contrato afeto à gestão do mesmo;
- b) Apresentação dos relatórios de gestão na periodicidade prevista no presente caderno de encargos;

- c) Presença em reuniões periódicas com a(s) entidade(s) adquirente(s) sempre que por estas solicitado;
- d) Demais níveis de serviço mínimos identificados no **Anexo CT**.

Cláusula 29.^a - Revisão dos níveis de serviço

1. Os níveis de serviço podem ser revistos, tendo em vista o respetivo ajustamento, quer através da introdução de novos indicadores que se mostrem necessários ou em falta, quer através da alteração dos respetivos termos, nomeadamente os parâmetros utilizados na sua definição, quer ainda pela eliminação de indicadores que se revelem inadequados, desajustados ou desnecessários.
2. A revisão será feita mediante acordo de ambas as partes e deve ser efetivada em período acordado para o efeito.

Cláusula 30.^a - Preços da prestação de serviço

1. Os preços obtidos no acordo-quadro correspondem aos preços máximos que podem ser praticados pelos cocontratantes, devendo as entidades adquirentes procurar obter condições mais vantajosas junto dos prestadores de serviços.
2. Os valores a apresentar pelas entidades prestadoras devem apresentar-se com a descrição de todos os encargos aplicáveis e são isentos de IVA, de acordo com o n.º 28 do artigo 9.º do CIVA.
3. Quando a Entidade Adquirente seja sujeita passivo de imposto de selo fornecerá essa informação nas peças do respetivo procedimento.

PARTE III - PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO PELAS ENTIDADES ADQUIRENTES

Cláusula 31.^a - Aquisição de Seguros

1. A aquisição do serviço de seguros pelas entidades adquirentes será, nas situações em que exista mais que um cocontratante, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, efetuada por consulta prévia a todos os prestadores de serviços que tenham assinado o contrato de acordo-quadro, para que apresentem as suas propostas, fixando-se um prazo suficiente para o efeito.
2. No convite, as entidades adquirentes não podem fixar um prazo para apresentação das propostas inferior a 6 (seis) dias.

3. As entidades adquirentes atribuirão a prestação do serviço à entidade cocontratante que apresente a melhor proposta com base no critério de adjudicação definido, previstos na Cláusula 32.^a deste caderno de encargos, consoante o lote em apreço.

Cláusula 32.^a - Critérios de adjudicação ao abrigo do Acordo-quadro

A adjudicação dos contratos a celebrar ao abrigo do presente Acordo-quadro é feita pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa, por lote, na modalidade Monofator, densificado pelo fator preço.

Cláusula 33.^a- Obrigação dos cocontratantes de apresentar proposta

1. Os cocontratantes do acordo-quadro ficam obrigados a apresentar proposta a todas as consultas prévias efetuadas pelas entidades adquirentes, estando vinculados nas condições apresentadas no acordo-quadro, que poderão melhorar conforme alínea a) do n.º 1 da Cláusula 7.^a do presente caderno de encargos, em consideração da especificidade do risco da entidade adquirente;
2. Em resposta aos convites das entidades adquirentes, os cocontratantes não estão obrigados a melhorar as condições apresentadas em sede de acordo-quadro, devendo, no entanto, atender às especificações do risco a colocar, e apresentar uma proposta, no limite, nas condições constantes do contrato de acordo-quadro.
3. A não apresentação de proposta a uma consulta das entidades adquirentes poderá importar para o cocontratante a sua exclusão do acordo-quadro.

Cláusula 34.^a - Procedimentos em caso de sinistro

Estão definidos alguns procedimentos em caso de sinistro no **Anexo CT**, no entanto, as entidades adquirentes poderão livremente alterá-los, adaptando-os às suas reais necessidades, bem como podem apresentar e requerer outros procedimentos.

Cláusula 35.^a - Despesas

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução e emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, em sede de procedimento de fiscalização prévia, se aplicável.

Cláusula 36.^a - Prazo de vigência dos contratos efetuados ao abrigo do Acordo-Quadro

1. Os contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro têm a duração máxima inicial de 12 (doze) meses.
2. Os contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro podem prever a renovação, por acordo entre as partes, até atingir o prazo máximo de duração de 36 meses.
3. Os contratos que sejam celebrados ao abrigo do acordo-quadro podem produzir efeitos para além da vigência do acordo-quadro, desde que não ultrapassem a duração prevista nos números anteriores.
4. A celebração de novo acordo-quadro com o mesmo objeto impossibilita qualquer renovação, por parte das entidades adquirentes, dos contratos celebrados ao abrigo do acordo-quadro objeto do presente caderno de encargos.

Lista de Anexos ao caderno de encargos

Anexo CT – Requisitos Técnicos